



A INCLUSÃO DO ALUNO COM AUTISMO NA REDE PÚBLICA DE ENSINO

Nádia Cristina dos Santos Dantas Ferreira ¹

Liliane Silva Câmara de Oliveira ²

Maria Franciane Ferreira ³

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo promover uma reflexão sobre as concepções históricas e como se dá o processo de inclusão dos alunos com autismo no ensino regular. A educação inclusiva é um tema que, nas últimas décadas vem ganhando espaço para a construção de uma educação de qualidade para todos. Entretanto, discuti-la implica refletir sobre as políticas públicas educacionais, e sobre as dificuldades e obstáculos que a instituição escolar pública deve transpor para que, de fato, venha a ser uma escola para todos. A metodologia utilizada nesse estudo foi a da pesquisa bibliográfica, pautada na concepção teórica de vários autores que apresentam estudos pertinentes ao tema, como Baptista e Bosa (2002), Monteiro (2017), Cunha (2012), Mantoan (2006), dentre outros. O resultado esperado desta pesquisa é o de promover mudança de atitudes e de conceituação do que seja a inclusão dos alunos com Autismo e o trabalho desenvolvido no ambiente escolar através de uma reflexão crítica sobre a ação do educador.

Palavras-chave: Autismo; Inclusão; Ensino Regular.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem o objetivo de refletir sobre o autismo, como este se apresenta e as dificuldades da inclusão dos indivíduos com o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). A temática chama a atenção pelo afastamento da criança com esse transtorno, chamadas de autistas, não terem a capacidade de socialização, nem fazer troca de saberes, pois ela vive num mundo somente dela, ou seja, num ambiente em que ela institui e vive nele sozinha. Estudos explicam que essa síndrome provoca o isolamento da pessoa, por apresentar receio do mundo, impedindo sua adaptação, devido sua incapacidade de se relacionar socialmente.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) descreve o autismo como um transtorno do desenvolvimento, com anormalidade no comportamento, que se manifesta frequentemente

¹ Psicopedagoga pelo Instituto Superior de Educação de Pesqueira - ISEP/PE, nadiacomcristo@hotmail.com;

² Mestre em Ensino de Ciências e Educação Matemática pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, lilianecamara2007@hotmail.com;

³ Graduando em Pedagogia pela Faculdade de ciências Educacionais do Rio Grande do Norte. FACERN, francyferreirapureza@gmail.com.



antes de três anos de idade. O autismo apresenta limites na interação social e comunicação, provocando um comportamento restrito e repetitivo.

Ele é considerado uma síndrome, e pode trazer graves comprometimentos na aprendizagem da criança, desta forma, o educador precisa buscar conhecimentos mais específicos para entender suas limitações. Suas características são demonstradas quando a criança não procura brincar com outras, não é capaz de fazer amizade, nem de demonstrar simpatia pelo outro. Até mesmo com seus pais não apresenta nenhum sinal de afeição.

Entretanto, por estes motivos, se faz necessário ter mais atenção e mais interesse por essas crianças, jovens ou adultos com o autismo, pois merecem um espaço adequado para o estudo, possibilitando, com isso, o seu desenvolvimento.

Este trabalho foi desenvolvido por meio de uma revisão bibliográfica da síndrome do autismo, buscando o aprofundamento do conhecimento em diferentes autores, de diversas áreas de especialidades, compostas principalmente das obras de Baptista e Bosa (2002), Monteiro (2017) Cunha (2012), Mantoan (2006), dentre outros, que desenvolve estudos sobre a temática citada.

Considerado um dos desvios comportamental mais estudado e debatido, o autismo tem ainda suas causas desconhecidas, levando pesquisadores a se posicionarem em dois grandes segmentos de teorias que se opõem: a psicogenética biológica e a Inclusão. Autores como Mantoan e Cunha (2006) acreditam numa inclusão em que a aprendizagem seja o objetivo da prática pedagógica, que se planeja com base nos alunos reais e nas suas necessidades, adaptando o currículo a isso, através de uma metodologia e de uma avaliação flexíveis e diferenciadas, em que sejam removidas as barreiras para a aprendizagem.

Para isso no primeiro tópico deste estudo, será explicitado, as concepções históricas e no segundo será abordado à questão de como se dá a inclusão do aluno autista no ensino regular no intuito de demonstrar as dificuldades que a instituição escolar publica deve transpor para que, de fato, venha a ser uma escola para todos.

HISTÓRICO SOBRE O ASPECTO DO AUTISMO

No ano de 1943 inicia-se a delimitação e o estudo científico do autismo através de uma extensa publicação de Leo Kanner, "Autistic Disturbances of Affective Contact" que caracterizava os comportamentos de 11 crianças que revelavam comportamentos diferentes dos chamados habituais. Um ano mais tarde, 1944, surge um pediatra austríaco, Hans



Asperger, que publicava um artigo, em alemão "Die Autistischen Psychopathen im Kindesalter" no qual descrevia um grupo de crianças com características muito semelhantes às de Kanner, chamando igualmente "Autismo" à síndrome (PEREIRA, 1996).

Ambos os investigadores sugeriram independentemente, que o autismo consiste numa perturbação de natureza sócio afetiva, que apresenta dificuldades nas adaptações sociais, que apresenta movimentos repetitivos e manifestam um desempenho do ponto de vista intelectual ou cognitivo surpreendente.

Segundo Mello (2005), nos anos 70 surge Wing, Hermelin e O. Connor que revelam uma tríade de incapacidades nos indivíduos autistas, nomeadamente: uma incapacidade ao nível da interação social com os outros, em nível da comunicação verbal e não verbal e finalmente uma incapacidade ao nível das atividades lúdicas e imaginativas. A estas três incapacidades deu-se o nome de "Tríade de Lorna Wing", que passou a ser aceita e considerada por todos aqueles que trabalham nesta área.

De acordo com Marques (2000), apesar de todas as concordâncias entre Kanner e Asperger, existiam três áreas de divergência. A primeira refere-se às capacidades linguísticas. Kanner no seu estudo referia que a maioria dos casos não falava e as restantes não usavam a linguagem para comunicar. Pelo contrário, Asperger referiu que em todos os casos que estudou falavam fluentemente.

Segundo Garcia e Rodriguez (1997), não existe uma definição exclusiva e única de autismo. Desde 1943 houve várias revisões conceptuais do termo, baseadas em resultados de múltiplas investigações. No entanto, parece ser aceite que se trata de uma síndrome comportamental, caracterizada clinicamente por uma tríade de distúrbios, nomeadamente na socialização e comunicação, limitação da atividade criativa e interesses restritos (LEVY, 2000).

Esta deficiência grave e crônica compromete o desenvolvimento normal da criança e manifesta-se antes dos três anos de idade. Estas crianças revelam reações anormais a sensações diversas como ouvir, ver, tocar, sentir, equilibrar e degustar. Relacionam-se com as pessoas, objeto e eventos de maneira pouco comum, levando a crer que haja um comprometimento orgânico do sistema nervoso central a diversos níveis (NEGRINE, MACHADO, 1999 *apud* GAUDERER, 1992).

Segundo Oliveira (2003, p.80), atualmente existe algumas definições aceitas universalmente como adequadas, entre tantas duas delas são: a classificação da American Society for Autism desenvolvida e aprovada por uma equipe de professores reconhecidos pela comunidade científica, em 1977, que descreve o autismo como "uma deficiência no



desenvolvimento que se manifesta de uma forma grave e durante toda a vida”. É incapacitante, quatro vezes mais no sexo masculino em relação ao sexo feminino, tem uma incidência de 4,5 em cada 10.000 nascidos e aparece tipicamente nos primeiros anos de vida; para a Organização Mundial de Saúde o autismo é uma síndrome presente desde o nascimento e que se vai manifestar antes dos 30 meses. É caracterizada como uma incapacidade na relação social tanto na linguagem verbal como não verbal, por respostas anormais as estímulos visuais, auditivos, problemas de relacionamento como a incapacidade de manter contato visual, ligação social e jogos de grupo, resistência à mudança, ligação a objetos estranhos e brincadeiras estereotipadas, pouca imaginação.

Para Pereira (1996), apesar das características que à partida definem um autista, cada pessoa é um caso individual, com um único conjunto de problemas. Marques (2000) acrescenta que as manifestações variam com a idade e com o desenvolvimento, mas são mais evidentes na infância. E que com uma intervenção adequada algumas dessas incapacidades vão se atenuando. Porém esta patologia é irreversível.

O PROCESSO DE INCLUSÃO DO ALUNO AUTISTA NA REDE PUBLICA DE ENSINO

Sob a perspectiva de garantir o direito de todas as crianças em idade escolar ao acesso e à permanência no sistema de educação básica a legislação tem se mostrado avançada. Também é um dever do Estado providenciar atendimento educacional especializado gratuito aos educando com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino. Dispõe-se esta sustentação legal na Constituição Federal (BSIL, 1988), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (BRASIL, 1996), no Estatuto da Criança e Adolescente – ECA (BRASIL, 1990), dentre outras resoluções e decretos que buscam reafirmar estes direitos, referindo-se a diversas nuances advindas desta problemática.

Para Mantoan (1997), a inclusão deve causar uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas beneficia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso no processo educativo.

Há algum tempo, o movimento de integração de alunos com necessidades educativas especiais começou a tomar forma no Brasil, englobando nos dias de hoje uma política governamental que apóie e sustente leis para que crianças e adolescentes diagnosticados com qualquer limitação física ou mental possam estar incluídos e fazer parte da comunidade



escolar. Embora, percebe-se que mais investimentos em projetos políticos para a educação são necessários, em virtude da complexidade do tema em questão.

Baptista e Bosa (2002), descrevendo a percepção dos professores sobre a inclusão de alunos autistas, fazem um alerta para as noções um tanto distorcidas sobre o que significa basicamente o termo autismo. No estudo dos referidos autores, destacam-se as seguintes dificuldades do trabalho com crianças autistas: dificuldades na compreensão da linguagem autista, dificuldades em compreender o significado dos rituais (às vezes bizarros), manejo da agressividade expressa pelo aluno, sentimento de insegurança por parte do educador, dúvidas com relação à prática pedagógica que deverá ser empregada e a falta de uma estrutura devidamente preparada para lidar com esses alunos.

Para que a escola possa promover a inclusão do autista é necessário que os profissionais que nela atuam tenham uma formação especializada, que lhes permita conhecer as características e as possibilidades de atuação destas crianças. Tal conhecimento deveria ser efetivado no processo de formação desses profissionais, sobretudo dos professores que atuam no ensino fundamental (SILVA; BROTHERHOOD, 2009, p. 3)

Quando não há ambiente apropriado e condições adequadas à inclusão, a possibilidade de ganhos no desenvolvimento cede lugar ao prejuízo para todas as crianças. Isso aponta para a necessidade de reestruturação geral do sistema social e escolar para que a inclusão se efetive (CAMARGO; BOSA, 2009, p. 70). Sendo importante que o ambiente que recebe um autista seja adequado a sua rotina, uma vez que o cumprimento desta faz parte do seu cotidiano e está dentro das questões de desenvolvimento do quadro dessa síndrome.

Gikovate (2009, p. 15) destaca que a quebra de uma rotina pode desencadear um comportamento agitado no qual a criança se recusa a ir em frente enquanto não se retorne ao padrão anterior. Além disso, a rotina para estas crianças é fundamental para que consigam se organizar no espaço e tempo e assim consigam aprender.

Lopes e Pavelacki (2005, p. 3) ressaltam que além das técnicas que deve ser utilizadas em sala, a rotina diária é muito importante na educação do autista, a qual não deve ser alterada, pois qualquer mudança pode refletir no comportamento da criança. Gikovate (2009, p. 15), resalta que para haver realmente uma inclusão escolar da criança com autismo é importante levar em consideração qual a necessidade desta, a partir disso deve-se fazer as adaptações na sala de aula. Dessa forma é importante que o autista se sinta próximo ao professor, que o professor peça para a turma cuidados com barulhos ou sons específicos, muitas vezes irritantes para o autista e que a criança tenha acesso a dicas do que acontecerá no dia-a-dia através de informação visual.



Partindo do pressuposto que a memória do autista seja voltada para o visual, é necessário que: [...] o educador em suas técnicas, valorize este lado, fazendo com que o aluno observe cores, tamanhos, espessuras, animais, pessoas... Por outro lado a sala de aula deve ter pouca estimulação visual para que a criança não desvie sua atenção da atividade em andamento. O ambiente educacional deve ser calmo e agradável, para que os movimentos estereotipados dos alunos não alterem (LOPES; PAVELACKI, 2005, p. 7).

Para manter a atenção dos alunos durante as aulas, é necessário que o professor utilize métodos educacionais que tenham por objetivo fazer com que a criança autista seja de fato incluída, e seu processo de ensino aprendizagem efetivados, por isso, muitos estudos são realizados sobre diferentes métodos. Segundo, Bosa (2006, p. 48) o método Picture Exchange Communication System (PECS) é um exemplo de como uma criança pode exercer um papel ativo utilizando velcro ou adesivos para indiciar o início, alterações ou final das atividades. Esse método facilita a comunicação e a compreensão quando atividades e símbolos são associados. Isso porque o método PECS trabalha através de cartões e figuras em que a criança consegue se expressar, pois associa a imagem com o que ela deseja.

Dessa forma é perceptível que a escola tem uma função muito importante, tanto no acolhimento, como na elaboração de estratégias para que os alunos consigam desenvolver sua capacidade de interagir com outras crianças, considerando ainda que esse trabalho deve ser estritamente ligado com a família, pois é esta que tem mais experiência em lidar com a criança.

O universo autista é complexo, mas acolher e planejar uma ação adaptativa para o autista requer criar meios para que alunos com autismo sejam reconhecidos não como indivíduos especiais, mas como cidadãos, que assim como todos nós, tem singularidades e complexidades que merecem ser respeitadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a reflexão proporcionada pela leitura desse estudo, pode-se inferir que diante do processo de inclusão e das dificuldades enfrentadas, cabe aos professores e demais profissionais, na condição de facilitadores da aprendizagem, compartilharem as responsabilidades criando em sua sala de aula um clima de respeito recíproco diante da diversidade humana e das diferenças individuais.



Nos casos de estudantes com autismo, o mais importante a fazer é conhecer bem as características do espectro, tentar a maior proximidade possível entre família e escola e receber esse indivíduo, preparando o ambiente para a verdadeira prática da educação inclusiva.

Vale ressaltar que o acesso a inclusão vai além do envolvimento da instituição educacional e comunidade, para que ele tenha um bom desenvolvimento e atenda bem a todos é necessário que a escola possua as condições adequadas para atender as necessidades e garantir o acesso e permanência desses alunos.

Também é importante compreender que o acesso à escola é um direito de todos, independentemente de suas características pessoais, sociais e psicológicas. A disponibilidade da educação deve ser igual para todos os indivíduos. O que parte para a equivalência e chama a atenção de todos para estarem sempre atentos a garantia do que de fato faz parte das políticas públicas no Brasil.

REFERENCIAL TEÓRICO

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-V)**, Fifth Edition. Arlington, VA, American Psychiatric Association, 2013

AMY, M. D. **Enfrentando o autismo: a criança autista, seus pais e a relação terapêutica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAPTISTA, C. R.; BOSA, C. **Autismo e Educação: reflexões e propostas de intervenção**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996

BRASIL. Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. ECA _ Estatuto da Criança e do Adolescente.

BRASIL. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996.

CAMPBELL, S. L. **Múltiplas faces da inclusão**. Rio de Janeiro: Wak. 2009

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS. Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. 4 ed. Rio de Janeiro: Wak, 2012. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 23 set. 2020.



KANNER, L. Affective disturbances of affective contact. *The Nervous Child*, 2, 217-250, 1943. In: CAMARGO, Sígla e BOSA, Cleonice. *Psicologia e Sociedade*.

MANTOAN, M. T. E. *A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: Memnon. Editora SENAC, 1997.

MELLO, A. M. S. **Autismo: guia prático**. São Paulo: AMA; Brasília: Corde, 2007

MELO, H. A; FERREIRA, R. S. **Necessidades educacionais especiais: uma lente para o reconhecimento das diferenças existentes na escola**. Em *Revista Pedagogia – Cotidiano Ressignificado*; V1, n.1. São Luis: Central dos Livros. 2005

OLIVEIRA, A. P. **Adaptação Curricular para Autistas no Ensino Fundamental: Um enfoque na legislação educacional**. JOÃO PESSOA PB 2016

PRIETO, R. G. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: **Inclusão escolar** : pontos e contrapontos. Valéria Morin Arantes (Org.), 2º Ed. São Paulo: Summus, 2006

RIVIÈRE, Á. O autismo e os transtornos globais do desenvolvimento. In: COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. *Desenvolvimento psicológico e educação* 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. . .

SPROVIERI, M. H. S., ASSUMPCÃO JR, F. B. **Dinâmica familiar de crianças autistas**. *Arquivos de Neuro-Psiquiatria*, v.59, n. 2A, 2001.

VASCONCELOS, A. B; POLETTO H.G.M **A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: TEORIA E PRÁTICA SANTA CATARINA 2017**.

WEISS, P. **O desenvolvimento cognitivo atual**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/>>. Acesso em: 29 de março 2016

WINNICOTT, D. W. **O Brincar e a Realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.